

# Entre alargamentos discursivos e negociações semânticas:

sentidos de modernidade e perspectivas identitárias no jornalismo

Nara Lya Cabral Scabin<sup>1</sup>

## Resumo

A centralidade adquirida pela categoria “gênero” no debate público midiático emerge como parte de processos de fragmentação e politização das identidades, por um lado, e aquisição de centralidade por pautas e discussões identitárias, por outro. Considerando esse contexto, este artigo busca compreender como veículos jornalísticos do chamado “jornalismo de referência” comportam-se diante da emergência, na contemporaneidade, de uma discursividade que remodela concepções políticas e assume uma posição de concorrência em relação a compreensões próprias da modernidade. A partir da mobilização de conceitos da Análise do Discurso (MAINGUENEAU, 2008; 2010; FOUCAULT, 2008; 2012), interessam-nos as negociações entre discursos constituintes da modernidade, aos quais se filiam práticas e valores do ideário jornalístico clássico, e discursos identitários que ganham força na contemporaneidade. Como foco privilegiado das análises, elegemos o caso do jornal *Folha de S. Paulo*, destacando o exame dos enquadramentos conferidos a discursos sobre liberdade de expressão (cuja gênese remete a uma discursividade fundante da modernidade) à luz de debates sobre questões de gênero em um espaço, abrigado pela marca “Folha”, cuja razão de ser ancora-se em um corte identitário: o blog #AgoraÉQueSãoElas.

## Palavras-chave

Discurso; Jornalismo; Liberdade de Expressão; Identidade; Gênero.

<sup>1</sup>Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Anhembi Morumbi (PPGCOM-UAM). Doutora e Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). É líder do Grupo de Pesquisa RisoMídia – Representações, Mediações e Humor na Cultura Audiovisual (UAM/CNPq) e integrante da METACRÍTICA – Rede de Pesquisa em Cultura Midiática. E-mail: naralyacabral@yahoo.com.br.

# Between discursive enlargements and semantic negotiations:

Senses of modernity and identity perspectives in journalism

Nara Lya Cabral Scabin<sup>1</sup>

## Abstract

The centrality acquired by “gender” category in the public media debate emerges as part of processes of fragmentation and politicization of identities, on the one hand, and acquisition of centrality by identity guidelines and discussions, on the other. Considering this context, this article seeks to understand how journalistic vehicles of the so-called “reference journalism” behave in the face of the emergence, in contemporary times, of a discursive set that remodels political conceptions and assumes a competitive position in relation to point of views rooted in Modernity. Based on the mobilization of Discourse Analysis concepts (MAINGUENEAU, 2008; 2010; FOUCAULT, 2008; 2012), we are interested in the negotiations between discourses constitutive of modernity, to which are attached practices and values of the classic journalistic ideology, and identity discourses that gain strength in contemporary times. As a privileged focus of the analyzes, we chose the case of the newspaper *Folha de S. Paulo*, highlighting the examination of frameworks conferred to discourses on freedom of expression (whose genesis refers to a founding discourse of modernity) under the perspective of debates on gender issues in a space connected to the brand “*Folha*” whose *raison d’être* is anchored in an identity cut: the blog *#AgoraÉQueSãoElas*.

## Keywords

Discourse; Journalism; Freedom of Expression; Identity Gender.

<sup>1</sup> Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Anhembi Morumbi (PPGCOM-UAM). Doutora e Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). É líder do Grupo de Pesquisa RisoMídia – Representações, Mediações e Humor na Cultura Audiovisual (UAM/CNPq) e integrante da METACRÍTICA – Rede de Pesquisa em Cultura Midiática. E-mail: naralycabral@yahoo.com.br.

## Introdução

“Gênero é uma lente sobre o mundo”: a frase é da jornalista Jessica Bennet, primeira editora de gênero do *New York Times* (*NYT*) — função criada pelo jornal em outubro de 2017. A declaração feita em entrevista concedida a Paula Cesarino Costa, então *ombudsman* da *Folha de S. Paulo*, ilumina o estatuto conferido à categoria “gênero” em discursos circulantes na contemporaneidade, o qual parece cada vez mais ser enfatizado no espaço público midiático (COSTA, 2017).

Ao assumir a editoria de gênero, Bennet declarou que seu objetivo não seria apenas priorizar a cobertura de temas como a violação dos direitos das mulheres ou movimentos feministas, mas sim, passar a abordar os diversos assuntos já tratados pelo *NYT* sob uma ótica de gênero. Dito de outro modo, a categoria em questão passaria a operar como chave de leitura, interpretação, organização e produção discursiva.

Na profusão de discursos que transitam pelas mídias, a palavra gênero converte-se em tópico privilegiado na hierarquia de temas e questões postos em evidência. Com a repetição, sobreposição e negociação de ditos em torno da categoria (como também em torno de “sexualidade”, apresentada geralmente como expressão-irmã no arranjo próprio do espaço público midiático), ela se converte em espécie de “palavra-chave” — ou seja, transforma-se em um termo de visibilidade amplificada, que opera assinalando e indexando sentidos no universo discursivo — cuja mobilização traz consigo camadas sedimentares de memória discursiva repletas de potencialidades enunciativas. Mas a lógica aqui é dialética: gênero torna-se palavra-chave porque assinala zonas onde se acumulam ditos e travam-se disputas discursivas, e por se tornar palavra-chave é que se torna cada vez mais falada, disputada, contestada, reivindicada, controlada.

Categoria constantemente rasurada, arena de disputas no discurso e pelo discurso, *gênero* ocupa posição estrategicamente privilegiada na economia discursiva do espaço público midiático. Funcionando como espécie de princípio regulador, sua potência é maximizada por aquilo a que ela, enquanto significante, remete como significado: corte fundante do humano, marca da entrada na cultura e na linguagem, elemento primeiro de constituição da identidade e subjetividade.

Filiando-nos a uma perspectiva discursiva a partir dos trabalhos de Maingueneau (2008) e Foucault (2008, 2012), a qual nos guia no presente trabalho, é esta a dimensão que gostaríamos de realçar como ponto de partida das reflexões aqui apresentadas: “gênero” como categoria não apenas organizadora, mas também geradora de discursos; categoria cristalizadora de posições enunciativas e, como tal, tópico estratégico à negociação de identidades discursivas e disputas em torno dessas identidades. Nesse sentido, não apenas gênero como também sexualidade se apresentam como categorias discursivas fortemente medidas/tradutoras de sentidos e posições enunciativas.

Um exemplo dessa centralidade — e consequente polarização — pode ser encontrado na existência de polêmicas, que ganharam visibilidade nas mídias tradicionais e redes sociais digitais nos últimos anos, em torno da realização de discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas brasileiras, proposta cujos detratores denunciam como forma de “doutrinação” e “ideologia de gênero”. Outra evidência está no destaque conferido a pautas identitárias, especialmente de gênero e sexualidade, como um dos principais objetos aos quais se opõe o fenômeno em escala global que pesquisadores têm denominado como “virada conservadora” ou “cultural backlash” (NORRIS; INGLEHART, 2019).

Esse cenário representa desafios significativos também para o jornalismo. Como em todo campo, as práticas jornalísticas — não obstante a evidente diversidade entre elas abarcada — sempre estiveram inscritas em conjunturas históricas e depararam-se, em diferentes momentos, com transformações profundas nos saberes e valores de uma sociedade, as quais são acompanhadas pelo surgimento de regras específicas de formação dos discursos que condicionam, via mecanismos diversos, a produção de enunciados. Acreditamos, contudo, que a contemporaneidade traz desafios particularmente sensíveis às práticas desenvolvidas no campo jornalístico.

Para compreender esse momento desafiador, é preciso lembrar que a centralidade adquirida pela categoria “gênero” no debate público midiático emerge como parte de processos de fragmentação e politização das identidades, por um lado, e aquisição de centralidade por pautas e discussões identitárias, por outro. Tais fenômenos inscrevem-se como parte de um movimento mais amplo de deslocamento de categorias e narrativas hegemônicas da modernidade e produzem transformações decisivas em nossa paisagem político-discursiva (HALL, 2019; ORTIZ, 2015). Assim, se a mobilização de elementos identitários por agentes do campo político não é novidade, o protagonismo conquistado pelas identidades em um “novo imaginário político” (FRASER, 2006) e os impactos desse processo sobre práticas comunicacionais merece um exame mais demorado.

A delimitação do objeto em foco neste artigo nasce da percepção acerca da emergência, na contemporaneidade, de uma discursividade que remodela concepções políticas e assume uma posição de concorrência em relação a compreensões próprias da modernidade sobre a origem das estruturas de opressão, o papel da nação, os objetos e temas passíveis de reivindicação etc. Trata-se de remodelações amplas, complexas e plurais, que se espraiam em múltiplas direções, de modo capilarizado, como é próprio de processos discursivos.

Nesse sentido, consideramos premente compreender, em especial, como veículos representativos de uma seção altamente legitimada do campo jornalístico — a do chamado “jornalismo de referência” (ZAMIN, 2014; MANNA; JÁCOME; FERREIRA, 2017) — comportam-se diante da emergência de um “novo imaginário político”, nas palavras de Fraser (2006). Dito de outro modo, interessam-nos as negociações

entre discursos constituintes da modernidade, aos quais se filiam práticas e valores do ideário jornalístico clássico, e discursos identitários que ganham força na contemporaneidade.

Para tanto, elegemos, como foco de atenção, o caso da *Folha de S. Paulo*, veículo de referência em que é possível identificar, nos últimos anos, indícios vários de tentativas de aproximação, institucionalmente concebidas, em relação a debates identitários. Dentre diversas ações, privilegiamos o exame dos enquadramentos conferidos a discursos sobre liberdade de expressão (cuja gênese remete a uma discursividade fundante da modernidade) à luz de debates sobre questões de gênero em um espaço, abrigado pela marca “Folha”, cuja razão de ser ancora-se em um corte identitário: o blog #AgoraÉQueSãoElas (<https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br>), descrito na própria página em que se encontra hospedado como “um espaço para mulheres em movimento”.

Acessível a partir do portal da *Folha de S. Paulo*, o blog pode ser localizado dentro da seção “Colunas e blogs” > “Blogs”, e é apresentado como “uma tribuna de muitas vozes femininas e feministas”, “produzido por Alessandra Orofino, 26, Ana Carolina Evangelista, 37, Antonia Pellegrino, 35, e Manoela Miklos, 32” (PERFIL, 2015). Fundado a partir do movimento de mesmo nome que, em 2015, propôs que colunistas homens cedessem seus espaços a mulheres em jornais e blogs, o espaço dedica-se à curadoria e edição de conteúdos, publicando textos produzidos por mulheres e que se dedicam à discussão de temáticas de gênero.

## Vestígios discursivos

Como nos ensina Foucault (2012), a emergência de novos arranjos discursivos não ocorre sem o estabelecimento de regras específicas de formação dos enunciados – isto é, formações discursivas que condicionam modos específicos de enunciar. Por mais que uma “formação discursiva”[1] constitua uma unidade analítica de difícil apreensão e delimitação *a priori*, os vestígios de sua existência podem ser mais empiricamente evidenciados. Por estes indícios, entendemos os acontecimentos discursivos que têm sua existência determinada, regida e controlada por sistemas de formação que os conformam e constroem.

Nesse sentido, vestígios da existência de constrangimentos discursivos se tornam evidentes a partir de episódios em que as próprias mídias convertem-se em objeto de crítica segundo reivindicações identitárias. Foi este o caso das postagens articuladas em torno da *hashtag* “belarecatadaedolar”, em 2016, que criticavam a representação feminina presente em um perfil de Marcela Temer, esposa do então vice-presidente Michel Temer, publicado pela revista *Veja* em 18 de abril daquele ano. Outro exemplo é a campanha #AgoraÉQueSãoElas, de 2015, que teve como objetivo reivindicar que homens colunistas cedessem seus espaços às mulheres nos meios de

comunicação.

Ambos os casos, ao mesmo tempo em que representam fatos discursivos sintonizados com debates identitários, parecem evidenciar mais explicitamente a emergência de novos modos de enunciar — “regras” que condicionam a produção de enunciados e que, nesses exemplos específicos, são explicitadas em demandas que adquiriram visibilidade no debate público. Além disso, são episódios exemplares de discursos que se voltam ao plano da representação como eixo articulador de discursos que se pretendem politicamente engajados e que o fazem por meio da problematização das próprias mídias — seja através de críticas a enunciados midiáticos, como no caso #belarecatadaedolar, seja com críticas à própria enunciação, como na campanha #AgoraÉQueSãoElas.

Ao mesmo tempo, veículos jornalísticos tradicionais buscam aproximar-se de elementos da discursividade política contemporânea por meio de iniciativas que se apresentam como formas de valorização de perspectivas identitárias. A adoção institucional de ações nesse sentido pode ser percebida, de forma particularmente clara, no caso do jornal *Folha de S. Paulo*. Em 2019, por exemplo, inspirando-se no exemplo do *New York Times*, a empresa criou uma “Editoria de Diversidade”, tendo como objetivo, segundo o diretor de redação Sérgio Dávila, analisar matérias já publicadas, verificando quais foram as fontes ouvidas (se, entre elas, havia apenas pessoas heterossexuais e brancas, por exemplo), sugerir fontes para novas pautas e incentivar a diversidade no processo de contratação de profissionais (FOLHA DE S. PAULO, 2019).

Questões de gênero também têm se tornado comuns como critério balizador das avaliações apresentadas em críticas de *ombudsman* do jornal. Isso pode ser percebido, sobretudo, a partir do mandato de Paula Cesarino Costa neste cargo, cujos textos não apenas abordam temáticas de gênero de forma recorrente, como também, quando o fazem, apresentam essa categoria como chave para a crítica jornalística, articulando-a a critérios e valores fundamentais desse campo. É o caso, por exemplo, da coluna “Beijos fora de lugar”, de 12 de agosto de 2018, em que Costa cita críticas enviadas por leitores sobre uma reportagem que, ao tratar do assassinato de uma policial, teria narrado de modo contestável as ações da vítima que antecederam o crime:

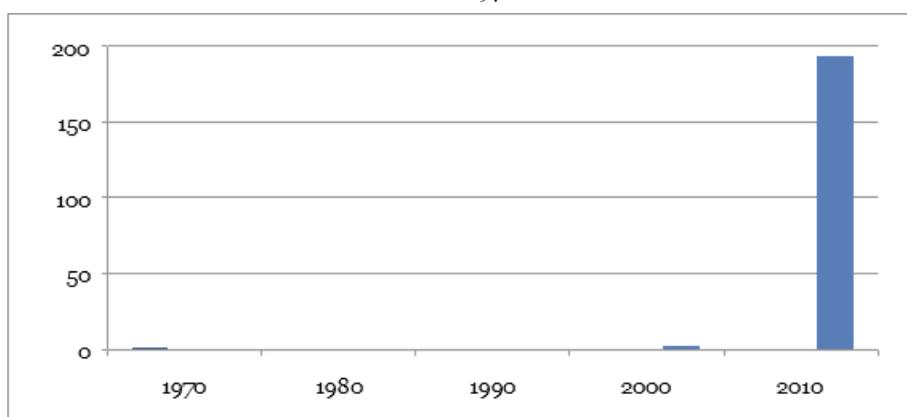
O leitor Bruno Lages afirmou que o texto cria uma relação implícita de causa e efeito: se a mulher não tivesse dançado e beijado, talvez não tivesse sido morta. “Os desdobramentos não ditos são funestos: mulher que dança e beija talvez tenha parte da culpa na própria morte.” Se fosse homem, o texto publicado seria igual? (COSTA, 2018).

Embora o espaço do *ombudsman* não represente a posição institucional de um jornal, ele pode ser considerado como uma espécie de “termômetro” de visões críticas altamente legitimadas no campo do jornalismo sobre o próprio fazer jornalístico.

Além disso, os *ombudsmans* desempenham importante papel regulatório de práticas jornalísticas, e seus textos destacam-se como espaço privilegiado de interface, negociação e diálogo com discursos circulantes na recepção midiática.

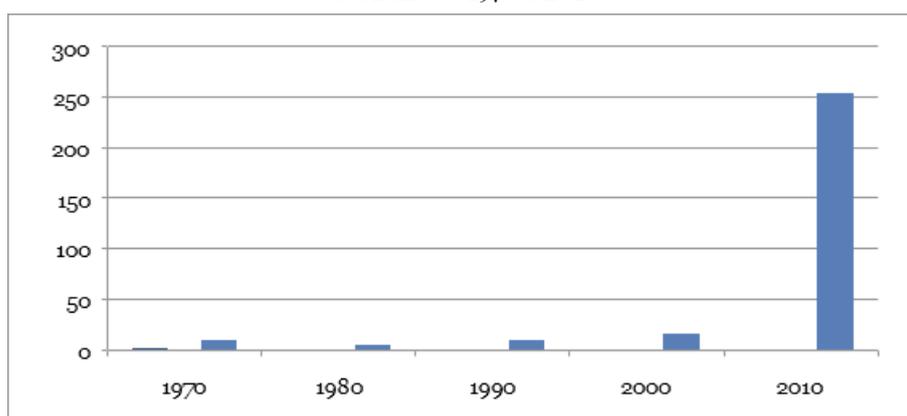
Há ainda outros vestígios discursivos que podem ser citados. Uma visão panorâmica sobre recorrências lexicais específicas no jornal, por exemplo, sugere um crescimento quantitativo, nas décadas de 2000 e, sobretudo, 2010, de pautas que abordam temáticas de gênero, central ou colateralmente, ou que possuem conteúdos diversos, mas incorporam perspectivas de gênero (possivelmente, a partir da escolha das fontes ouvidas). As figuras 1 e 2, a seguir, ilustram dois casos desse tipo de incidência vocabular e, por conseguinte, temática:

**Figura 1** - Incidência da expressão “identidade de gênero” no jornal *Folha de S. Paulo* entre as décadas de 1970 e 2010



**Fonte:** Dados coletados para a pesquisa a partir do *Acervo Folha* (2020)

**Figura 2** - Incidência da expressão “questões de gênero” no jornal *Folha de S. Paulo* entre as décadas de 1970 e 2010



**Fonte:** Dados coletados para a pesquisa a partir do *Acervo Folha* (2020)

Levantamentos com palavras-chave junto ao acervo digitalizado da *Folha de S. Paulo* evidenciam que a expressão “identidade de gênero”, por exemplo, aparece no jornal apenas nos anos 2000 (com duas menções), tornando-se significativamente mais utilizada na década de 2010, quando concentra quase 200 ocorrências (Figura 1). Essa percepção é corroborada quando consideramos a expressão “questões de

gênero”, um pouco menos específica, mas que também parece entrar maciçamente para o vocabulário do jornal na década de 2010, como mostra a Figura 2. Nas décadas anteriores, o número de ocorrências é bem menos significativo, embora, na década de 2000, seja possível encontrar um número maior de menções do que aquelas verificadas no caso de “identidade de gênero”, com 15 ocorrências no período. Resultados similares podem ser identificados ainda para outras expressões que compõem o universo semântico dos debates desta temática.

Esses exemplos mostram que, para além de impasses econômicos, tecnológicos, de público etc., largamente discutidos no debate acadêmico, veículos jornalísticos atravessam ainda tensionamentos de caráter essencialmente discursivo. Esses desafios parecem ser particularmente complexos no caso de jornais de referência, que ainda hoje significam suas práticas a partir de sentidos fixados em discursos fundantes do jornalismo moderno. Longe de tratar-se de discursividades antagônicas, o que vemos é a necessidade, por parte desses veículos, de alargar o campo de discursos aí abrigados, por um lado, e proceder a negociações semânticas entre diferentes historicidades discursivas, por outro.

## Sentidos de modernidade no campo discursivo jornalístico

Dominique Maingueneau (2008) ensina que, no conjunto finito — ainda que inapreensível em sua totalidade — de formações discursivas em uma conjuntura histórico-social dada, é possível delimitar campos discursivos sobre os quais irá se debruçar o analista do discurso. Situado em uma região específica do universo discursivo, o campo é caracterizado por um conjunto de discursos de mesma função social que concorrem entre si. Delimitando-se mutuamente, a concorrência entre as formações discursivas de um mesmo campo pode ser da ordem da polêmica, aliança, neutralidade aparente etc. Considerando tal definição, entendemos o “campo jornalístico” como um “campo discursivo”, em suas evidentes aproximações com o conceito de “campo” em Pierre Bourdieu[2].

Entre as diversas posições ou identidades enunciativas no campo discursivo jornalístico, destacamos especialmente o assim chamado “jornalismo de referência”, que ocupa posição privilegiada na disputa pelo capital do campo jornalístico — capital, sobretudo, simbólico, ligado à credibilidade de empresas e agentes individuais e capaz de se converter em capital econômico —, ainda que inegavelmente esses veículos atravessem uma crise cada vez maior de recursos e confiança por parte das audiências. Não obstante, essa crise remete a disputas que têm início na “própria maneira de compreender e legitimar o jornalismo”, do qual os jornais de referência “se postulam como os verdadeiros representantes” (MANNA; JÁCOME; FERREIRA, 2017, p. 2).

Em outras palavras, entende-se como “jornalismo de referência” uma forma

de inserção em uma matriz jornalística — fundamentada em uma concepção de jornalismo moderno e um modelo estadunidense — que desempenha papel decisivo no processo histórico de institucionalização do jornalismo e sua afirmação como campo profissional e epistemologicamente autônomo (MANNA; JÁCOME; FERREIRA, 2017). Ao considerar o jornalismo de referência como região situada no centro do campo jornalístico, dialogamos com Maingueneau (2010) sobre a ausência de homogeneidade do campo discursivo: para esse autor, os campos possuem centros, periferias e fronteiras; além disso, entre os posicionamentos centrais, há dominantes e dominados, assim como os periféricos são submetidos pelos centrais.

Outro aspecto fundamental à caracterização do campo discursivo reside em se considerar o papel de sua(s) instituição(ões). Nesse sentido, o exame das trajetórias dos principais jornais de referência brasileiros evidencia aspectos significativos do “arquivo” (MAINGUENEAU, 2010) em que estão imersas práticas do campo discursivo jornalístico. Incluem-se aí narrativas sobre episódios da história dos veículos, inclusive aquelas “oficiais”, alimentadas institucionalmente pelas empresas de comunicação; memórias constantemente reformuladas à luz de novos e velhos conflitos no campo; e documentos editoriais, como o Projeto Folha (mas também os Princípios Editoriais do Grupo Globo, por exemplo) e as várias edições de manuais de redação (adotados, além da *Folha*, pelo jornal *O Estado de S. Paulo*).

O exame de documentos editoriais de veículos como a *Folha* evidencia ainda a presença de “discursos constituintes” que atuam como pilares para veículos do jornalismo de referência. São discursos desse tipo, segundo Maingueneau (2010), que dão sentido aos atos de uma coletividade e abonam outros discursos, atuando como fontes legitimadoras, uma espécie de “referência a um ponto que está além do espaço social, um Absoluto que, na realidade, é, ao mesmo tempo, construído por cada posicionamento e o que mantém esse mesmo posicionamento” (MAINGUENEAU, 2010, p. 61). Além de atravessarem o campo discursivo jornalístico, discursos referidos em documentos editoriais de jornais de referência remetem ainda a alguns dos principais discursos constituintes da modernidade ocidental.

Consideremos aquela que talvez seja a principal categoria por meio da qual veículos jornalísticos buscam legitimar sua posição no campo a partir da referência a um ideal “absoluto” (ao mesmo tempo externo a esses veículos e construído/reforçado pelo discurso que eles próprios sustentam): a noção de democracia — e, vinculados a ela, discursos sobre a liberdade, especialmente a liberdade de expressão/imprensa. Modernamente, a livre circulação de informações, como valor universal, é um pressuposto necessário à existência da democracia e, por conseguinte, da imprensa (BUCCI, 2009, p. 113). Essa concepção de liberdade de expressão/imprensa em uma tomada liberal e com raízes iluministas remete ainda a outro elemento fundamental aos discursos constituintes do campo discursivo jornalístico: a pressuposição de um sujeito racional como sujeito-modelo tanto da instância de produção quanto da

instância de recepção. Correlativamente a essa compreensão de sujeito, portanto, coloca-se uma concepção de “verdade” baseada na ideia de que, a partir da livre concorrência entre pontos de vista, as ilações verdadeiras seriam capazes de destacar-se como tal.

Como sabemos, esses são alguns dos elementos que sustentam uma concepção moderna de jornalismo, fundamental à profissionalização do campo e à constituição do jornalismo enquanto “-ismo”, ou seja, como sistema de crenças (MANNA; JÁCOME; FERREIRA, 2017). Obviamente, a afirmação desses valores não se dá fora da lógica das disputas do campo jornalístico, daí a necessidade de discursos autorreferentes (como os documentos editoriais publicizados pelos veículos) que descrevem o que seria o “verdadeiro” jornalismo e das razões pelas quais cada veículo seria digno de se enquadrar nessa etiqueta.

Na contemporaneidade, não obstante, com a emergência de contestações aos discursos modernos que sustentam a matriz jornalística característica dos jornais de referência, esses veículos têm os discursos constituintes em que se apoiam tensionados e precisam buscar outras formas de legitimar-se no campo. Descritas como sintomas “pós-modernos”, essas contestações atingem desde a suposta “transparência” ou objetividade da linguagem até o ideal de universalismo (ORTIZ, 2017), o papel da nação como principal *locus* identitário e a concepção de um sujeito racional e autocentrado, aos moldes do sujeito do Iluminismo (HALL, 2019).

Assim, sob uma perspectiva discursiva, cabe indagar como os jornais de referência brasileiros situam-se entre diferentes discursividades políticas que se tensionam no universo discursivo. Uma resposta a essa questão passa pelo reconhecimento da existência de iniciativas no âmbito desses veículos que marcam aproximações em relação a questões identitárias no bojo de um imaginário de diversidade. Entendemos, neste trabalho, que tais ações evidenciam a emergência de alargamentos discursivos no espaço do jornalismo de referência. Esse parece ser o caso do blog #AgoraÉQueSãoElas, da *Folha de S. Paulo*, cuja proposta é descrita como abordar “política, cotidiano e cultura narrados do ponto de vista feminino e feminista”[3] (PERFIL, 2015). A fim de exemplificar a hipótese de que a criação de espaços de alargamento discursivo no jornalismo de referência não se dá sem a presença de tensionamentos semânticos, examinamos, nas próximas páginas, postagens do blog que apresentam discussões sobre liberdade de expressão à luz de perspectivas identitárias e, mais especificamente, sob uma ótica de gênero.

## Negociações em um espaço de alargamento discursivo

O exame das publicações do blog[4] oferece percepções interessantes a respeito dos modos pelos quais diferentes discursividades são relacionadas. O texto “Quem tem medo das mulheres no audiovisual? A resposta das mulheres”, por exemplo,

apresenta uma articulação relevante entre questões de gênero e a discussão sobre os rumos da democracia, tomada em sentido moderno bastante convencional.

O artigo aborda um ciclo de debates realizado entre 17 e 20 de março de 2016, em Campinas e São Paulo, que teve como objetivo discutir a participação de mulheres na criação e na representação de obras audiovisuais. Na parte inicial do texto, lemos a seguinte afirmação: “apesar de uma grande quantidade de pessoas, mais de 300, os homens eram a imensa minoria” (COLETIVO VERMELHA, 2016). O artigo sublinha, então, a partir de trechos de falas durante as palestras e mesas que compuseram o evento, que, embora não seja dever das mulheres “sair catando homens por aí” para participarem das lutas feministas, é preciso mostrar que essa causa não é só das mulheres — que ela é de “*todas as pessoas* que acreditam na construção de uma sociedade mais igualitária e democrática, em que a diversidade de escolhas e experiências esteja contemplada” (COLETIVO VERMELHA, 2016) (grifo nosso).

Os grifos no trecho acima são nossos e têm a finalidade de explicitar que a passagem recorre a um princípio de universalismo para justificar a importância da luta feminista. Ao mesmo tempo, cita também a palavra “diversidade”. Com essa articulação, procura demonstrar que a defesa da possibilidade de acesso ao diverso aparece como conquista que beneficiaria não apenas um grupo identitário, mas toda a sociedade. Mais adiante, esse argumento ganha força por meio da afirmação da importância das lutas que buscam “o respeito mútuo, o diálogo e a diversidade” em um cenário de crise da democracia.

O sentido com que a discussão sobre liberdade de expressão comparece no artigo também é particularmente interessante: ela aparece na citação de um trecho de uma fala da diretora do Instituto Sueco de Cinema (Anna Serner) em um vídeo exibido durante o evento de que trata o texto: ao citar ações afirmativas adotadas na Suécia a fim de reduzir a sub-representação de mulheres na indústria cinematográfica, ela refuta o argumento recorrente de que “não devemos fazer isso [construir ações afirmativas] porque limitamos a criatividade, a liberdade de expressão e a qualidade artística dos filmes” (COLETIVO VERMELHA, 2016). Em outras palavras, a referência à liberdade de expressão no texto tem como pressuposto a existência de discursos circulantes que contrapõem a própria liberdade de expressão (princípio democrático, entendido como calcado em valores como universalismo, razão, ausência de censura etc.) a lutas identitárias, especialmente quando sob a forma de ações afirmativas.

Mais interessante ainda é notar que, ao longo de todo o texto, percebe-se um esforço em desconstruir essa oposição: o que se busca é demonstrar que a igualdade de gênero e o incentivo à diversidade são importantes não apenas à livre expressão, como também à preservação de valores democráticos, de modo geral. Nesse sentido, o que o artigo parece fazer é adotar argumentos que problematizam o entendimento tradicional de liberdade de expressão como simplesmente associada à ausência de censura, complexificando o conceito de modo a abarcar também os ideais de

pluralismo e diversidade, sem, porém, romper com um princípio de universalismo.

Outro caso que merece destaque é o de uma publicação de 2016 do blog, intitulada “Provas de respeito”. Nessa postagem, encontramos críticas contundentes às ofensivas conservadoras contra a prova do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) em nome do combate à assim chamada “ideologia de gênero” nas escolas. Nesse texto, a referência que se faz à ideia de censura parte de uma compreensão tradicional dessa expressão, ou seja, entende-se censura como decorrente de constrangimentos provenientes de grupos ou ações autoritárias que restringem a liberdade de expressão: “a educação deve ser aberta ao diálogo, sem censuras e interdições. A escola não é apartada do mundo e é também atravessada pelas várias desigualdades sociais, incluindo a existente entre homens e mulheres” (LOPES, 2016, Online). Ao lado dessa referência a um entendimento absolutamente moderno de censura, figuram de modo recorrente no texto palavras como “gênero”, “igualdade” e “diversidade”, tão em voga no imaginário político que emerge na contemporaneidade.

Sentido similar de censura está presente no texto “Bafo Queer: a desobediência sexual sempre incomoda a ordem”, de 2017, que aborda o episódio, ocorrido naquele ano, do cancelamento da exposição *Queermuseu*, em Porto Alegre. O acontecimento é qualificado pela autora do texto como ato de “censura”, entendida enquanto cerceamento arbitrário da liberdade artística. Ao lado desse sentido de censura, em um modo mais tradicional, o artigo aponta critérios de gênero e de identidade sexual como força motriz de processos censórios na atualidade: “a pauta dos feminismos e dos ativismos *queer*, a desobediência sexual e outras coalizões não normativas incomodam profundamente os que políam a ‘ordem’” (FARKAS, 2017, Online).

Argumento parecido surge no texto “Mulheres *on-line*: um ato de resistência”, de 2019, em que se defende a tese de que mulheres seriam particularmente vulneráveis a ataques diversos — vigilância, assédio, ameaças, extorsão, violação da privacidade etc. — e mais sujeitas do que homens a ter sua liberdade de expressão restringida no ambiente digital (GIMÉNEZ, 2019). A publicação busca, dessa forma, construir uma articulação entre pautas de gênero e o debate clássico sobre liberdade de expressão. Em outras palavras, defende-se a ideia de que a liberdade de expressão, na prática, assim como outros direitos fundamentais, acabaria não sendo assegurada de modo igualitário a todos os indivíduos, e que a desigualdade de gênero operaria como um elemento capaz de restringir o acesso ao que deveria ser uma garantia democrática para todos. Trata-se de um argumento interessante: ao mesmo tempo em que parte de uma premissa “universal” — o suposto acesso à liberdade de expressão —, o texto apresenta uma problematização com base em um recorte “identitário”.

## Considerações Finais

A emergência de discursos identitários em um “novo imaginário político”

contemporâneo (FRASER, 2006) impõe desafios de caráter discursivo — ou seja, relativos aos modos de enunciar — ao jornalismo de referência, tradicionalmente ancorado em discursos constituintes da modernidade que não dão conta da complexidade dos tópicos abarcados nas discussões em torno de questões de gênero. Dentro dessa região “central” e “dominante” do campo discursivo jornalístico (MAINGUENEAU, 2010), a *Folha de S. Paulo* constitui objeto privilegiado ao exame de marcações presentes no discurso da própria empresa que sinalizam um empenho institucional em construir uma imagem de aproximação em relação a elementos de um imaginário político voltado a pautas identitárias, afirmação da diferença e valorização da diversidade.

Tais iniciativas pareciam despontar, ainda que timidamente, já no início dos anos 1990: não deixa de ser significativo notar que, ao lançar a terceira edição de seu *Manual da Redação*, em 1992, o jornal declarou que a nova publicação preocupava-se em orientar os jornalistas em relação à escolha de palavras de modo a evitar preconceitos cristalizados na linguagem, inclusive aqueles contra grupos vulneráveis; ao mesmo tempo, buscava marcar um posicionamento de cautela e distanciamento em relação ao debate sobre o “politicamente correto” que aportava em terras brasileiras (FOLHA DE S. PAULO, 1992). Iniciativa relativamente isolada três décadas atrás, a aproximação por parte do jornal em relação a demandas e perspectivas identitárias mostra-se mais consistente nos últimos anos, com a criação da “Editoria de Diversidade”, o encampamento da categoria “gênero” como elemento balizador de críticas de *ombudsman* e — entre outras ações — o abrigo, sob a marca Folha, do blog #AgoraÉQueSãoElas.

No caso específico da articulação entre tópicos do debate sobre liberdade de expressão e questões de gênero em textos publicados no blog em questão, podem ser assim sumarizadas as principais argumentativas principais: a) ações afirmativas voltadas ao combate a desigualdade de gênero não ferem a liberdade de expressão e reforçam valores democráticos; b) a violação da liberdade de expressão na contemporaneidade encontra uma motivação significativa na tentativa de censurar expressões de gênero consideradas subversivas ou obscenas, do ponto de vista político e/ou moral; c) o discurso de ódio atinge de modo particularmente violento as mulheres e, ao mesmo tempo em que restringe a liberdade de expressão delas, não pode ser justificado sob uma pretensa alegação de direito à livre expressão.

Em suma, os achados sugerem que o alargamento discursivo em direção a perspectivas identitárias em um jornal de referência como a *Folha de S. Paulo* não se dá sem negociações e tensionamentos das novas formas de enunciar à luz de elementos de uma discursividade moderna. Na complexidade das malhas discursivas que constituem o debate público midiático, deparamo-nos, em suma, com um jornalismo situado entre discursividades — com todos os desafios aí implicados.

[1] Foucault (2012) emprega o conceito de “formação discursiva” em referência a um sistema específico de dispersão entre certo número de objetos e à existência de regularidades entre os objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas. Na leitura de Maingueneau (2008), o conceito opõe-se à superfície discursiva, que diz respeito ao conjunto de enunciados produzidos de acordo com o sistema de restrições da formação discursiva.

[2] A partir da transposição do conceito bourdiano de campo aos estudos de discurso, Maingueneau (2010) destaca a pertinência de se pensar relações entre atores, posições e lutas pela autoridade em termos de “identidade enunciativa” (diferentes posicionamentos em interação que constituem fontes de enunciados que devem assumir os embates próprios do campo, definindo e legitimando seu próprio lugar de enunciação).

[3] Informações disponíveis em: <<https://bit.ly/3115AeR>>. Acesso em: 29 dez. 2019.

[4] Para tanto, utilizamos o motor de busca da própria plataforma para realizar pesquisas a partir das seguintes palavras-chave: “liberdade de expressão” (quatro resultados), “livre expressão” (uma ocorrência) e “censura” (cinco resultados). Tentamos ainda buscar pela palavra-chave “liberdade de imprensa”, mas nenhum resultado foi localizado. Ao total, portanto, foram consideradas oito postagens diferentes que mencionam “liberdade de expressão” e/ou “censura” e/ou “livre expressão” (os resultados de pesquisa apareceram em dois textos por meio de diferentes palavras-chave).

## Referências

BUCCI, E. **A imprensa e o dever da liberdade**: a independência editorial e suas fronteiras com a indústria do entretenimento, as fontes, os governos, os corporativismos, o poder econômico e as ONGs. São Paulo: Contexto, 2009.

COLETIVO VERMELHA. Quem tem medo das mulheres no audiovisual? A resposta das mulheres. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 mar. 2016. #AgoraÉQueSãoElas. Disponível em: <<https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2016/03/25/resposta-das-mulheres/>>. Acesso em: 6 jul. 2019.

COSTA, P. C. Beijos fora do lugar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 ago. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2018/08/beijos-fora-do-lugar.shtml>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

COSTA, P. C. “Gênero é uma lente sobre o mundo”, diz editora em função pioneira. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 nov. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2017/11/1936211-genero-e-uma-lente-sobre-o-mundo-diz-editora-em-funcao-pioneira.shtml>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

FARKAS, S. Bafo Queer: a desobediência sexual sempre incomoda a ordem. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 set. 2017. #AgoraÉQueSãoElas. Disponível em: <<https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2017/09/16/bafo-queer-a-desobediencia-sexual-sempre-incomoda-a-ordem/>>. Acesso em: 6 jul. 2020.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista. **Cadernos de Campo**, v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006. DOI: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v15i14-15p231-239>>.

FOLHA DE S. PAULO. Folha implanta o “Novo Manual da Redação”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 72, n. 23.039, p. 8, 01 maio 1992.

FOLHA DE S. PAULO. Paula Cesarino assume editoria com missão de estimular diversidade. **Folha de S. Paulo**, ano 99, n. 32.897, p. A6, 28 abr. 2019.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2008.

GIMÉNEZ, B. Mulheres on-line: um ato de resistência. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 maio 2019. #AgoraÉQueSãoElas. Disponível em: <<https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2019/05/02/mulheres-on-line-um-ato-de-resistencia/>>. Acesso em: 6 jul. 2020.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2019.

LOPES, B. Provas de respeito. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 nov. 2016. #AgoraÉQueSãoElas. Disponível em: <<https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2016/11/13/provas-de-respeito/>>. Acesso em: 6 jul. 2020.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos Discursos**. Curitiba: Criar Edições, 2008.

MAINGUENEAU, D. **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MANNA, N.; JÁCOME, P.; FERREIRA, T. Recontextualizações do -ismo: disputas em torno do jornalismo “em crise”. **Famecos**, v. 24, n. 3, p. 1-20, 2017. DOI: <<https://doi.org/10.15448/1980-3729.2017.3.26991>>.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. The cultural backlash theory: eroding the civic culture. *In*: NORRIS, P.; INGLEHART, R. **Cultural Backlash: Trump, Brexit and authoritarian populism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019, p. 32-64.

ORTIZ, R. **Universalismo e diversidade: contradições da modernidade-mundo**. São Paulo: Boitempo, 2015.

PERFIL. #AgoraÉQueSãoElas. São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/perfil/>>. Acesso em: 29 dez. 2019.

ZAMIN, A. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. **Famecos**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 918-942, 2014. DOI: <<https://doi.org/10.15448/1980-3729.2014.3.16716>>.